

As influências norte-americanas de Roberto Simonsen: Controle social, institucionalismo e planejamento♦

Marco Antonio Ribas Cavalieri

Professor – Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Sociais Aplicadas (UFPR)
Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632, Térreo – Curitiba /PR
CEP: 80210-170 – E-mail: cavaga@uol.com.br

Marcelo Luiz Curado

Professor – Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Endereço: Av. Prof. Lothário Meissner, 632 – Térreo, Curitiba/PR
CEP: 80210-170 – E-mail: mlcurado@gmail.com

Recebido em 23/09/2013. Aceito em 26/07/2014.

Resumo

Este trabalho investiga as influências norte-americanas sobre o pensamento social e econômico de Roberto Simonsen. Simonsen foi bastante influenciado por uma vertente importante das ciências sociais e econômicas norte-americanas, em particular o institucionalismo e a ciência/filosofia do controle social. Adicionalmente, em vista da literatura internacional sobre a história das ciências sociais e da economia nos EUA de início do século XX, o trabalho aqui apresentado aponta no sentido de que o pensamento de Simonsen foi informado por uma corrente do pensamento norte-americano que era bastante moderna e muito influente para aquele período.

Palavras-Chave

Roberto Simonsen. Planejamento. Controle social. Institucionalismo.

Abstract

This article investigates the American influences on Roberto Simonsen's social and economic thought. Simonsen was deeply influenced by important elements of American social and economic science, particularly by the institutionalist economics and the science/philosophy of social control. Taking into consideration the international literature on early twentieth-century American social and economic science, this paper stresses that Simonsen was indeed influenced by an American thought that was deeply prominent and modern for the period.

Keywords

Roberto Simonsen. Planning. Social control. Institutionalism.

JEL Classification

B31. B25. B29.

♦ Esta pesquisa conta com o apoio financeiro do CNPq. Os autores agradecem as sugestões de dois pareceristas anônimos da revista Estudos Econômicos, bem como as sugestões do Prof. Pedro Garcia Duarte, que gentilmente leu e nos ajudou a aperfeiçoar o texto. Como de praxe, os colegas aos quais agradecemos estão isentos de qualquer responsabilidade por erros e outros defeitos remanescentes.

1. Introdução

A pesquisa apresentada neste texto foi motivada por uma constatação feita por Eugênio Gudín no célebre debate que travou com Roberto Simonsen entre 1944 e 1945, a conhecida “Controvérsia do Planejamento”.

Percebendo que Simonsen usava recorrentemente o exemplo dos EUA para defender suas ideias acerca da necessidade de planejamento para a economia brasileira, Gudín notou o paralelismo entre a discussão brasileira e o debate entre liberais e intervencionistas que se desenvolvia entre os economistas norte-americanos. Anotou Gudín ([1945] 2010: 69), em tom de crítica a Simonsen: “Deixando de lado grandes economistas americanos, como Taussig, Berstein, Viner e outros, o presidente [do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Simonsen] apelou para um grupo de ‘inovadores’ que passaram a constituir o chamado *brain trust* [de Roosevelt, durante o *New Deal*], Georges Soule, Stuart Chase, Tugwell etc.”

Essa constatação, para a qual a literatura que tratou do debate não prestou muita atenção até agora, levou-nos a refletir sobre as influências norte-americanas nas ideias de Simonsen. Analisando o texto de resposta do industrialista a Gudín, intitulado *O Planejamento da Economia Brasileira*, nota-se a citação de diversos autores norte-americanos, alguns pouco conhecidos hoje em dia, mas destacados no contexto da academia de ciências sociais e econômicas de início do século XX. Nesse sentido, devemos reconhecer que alguns trabalhos recentes sobre Simonsen percebem e anotam suas influências norte-americanas, mas não se aprofundam em absoluto no assunto (Maza, 2002; Netto, 2010).

Dentro disso, essa constatação do contato de Simonsen com cientistas sociais e econômicos norte-americanos se revela ainda mais interessante em função da literatura norte-americana recente. Como exemplo, a obra de Malcolm Rutherford (2011), *The Institutional Movement in American Economics, 1918-1947, Science and Social Control*, sumariza muito bem as constatações que a história do pensamento econômico vem fazendo sobre o quadro da ciência econômica norte-americana de início do século XX. Em suas pesquisas ricamente baseadas em arquivos e obras da época, constata-se que o movimento institucionalista ocorreu em um ambiente acadêmico

de peculiar pluralidade e ecletismo. Ainda, Rutherford conclui que os institucionalistas não estavam à margem da ciência econômica de então, mas faziam parte do centro do debate.

Ainda mais importante do que isso, é preciso notar que o institucionalismo estava inserido em um movimento abrangente das ciências sociais norte-americanas que pretendia reformar o capitalismo através do que chamavam de controle social. A filosofia do controle social ambicionava interferir no curso dos fenômenos sociais legitimada pelo discurso das ciências sociais, que passavam por um processo de profissionalização àquele tempo. Por isso, os autores envolvidos com a filosofia do controle social foram responsáveis não só por elaborar justificativas para a intervenção, mas por desenvolver métodos empíricos que deveriam fornecer a base para uma intervenção cientificamente elaborada. O planejamento, da mesma forma, era parte importante dessa vertente, considerado um instrumento do controle social. Nesse diapasão, mostramos abaixo que o industrialista brasileiro estudou e foi influenciado pela sociologia ligada ao controle social, particularmente através da instituição que ajudou a fundar, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP).

Partindo desses achados, o que pretendemos neste trabalho é questionar em alguma medida a tese de que Simonsen seria um grande intelectual, mas não tão preparado para um debate em teoria social e econômica quanto Eugênio Gudin (Doellinger, [1977] 2010; Bielschowsky, 1988; Teixeira, Gentil, 2010).¹ É claro que Simonsen era um homem eminentemente prático, e nunca foi um “*scholar*” pleno como Gudin. Contudo, acreditamos que a identificação das influências norte-americanas do industrialista, bem como a análise do ambiente acadêmico das ciências econômicas e sociais nos EUA de início do século passado pode jogar nova luz sobre a compreensão da obra e do pensamento de Simonsen. Em especial, ponderamos que o entendimento do cenário das influências norte-americanas de Simonsen pode nos afastar, em alguma medida, do anacronismo de

¹ No texto que segue, a expressão “teoria econômica” aparece ligada a Eugênio Gudin, enquanto “teoria econômica e social” é utilizada quando se faz referência às ideias de Roberto Simonsen. A razão para tal escolha reside no fato de que a vertente teórica norte-americana que influenciou Simonsen era eminentemente interdisciplinar. Como afirmado no parágrafo acima, o institucionalismo econômico estava ligado ao **movimento abrangente** da filosofia do controle social. Cabe anotar, portanto, que essa abrangência se deve, sobretudo, ao caráter interdisciplinar, pois essa filosofia influenciou não só a economia, mas também a sociologia, a ciência política e mesmo todo o movimento político progressista (Rutherford, 2011; Ross, 1991).

se olhar para seus escritos a partir do contexto da ciência econômica do pós-guerra (ou da atual).

Vale registrar mais uma observação. Simonsen não foi somente influenciado por pensadores norte-americanos. Suas influências europeias eram variadas e importantes. Por exemplo, Fábio Maza (2002: 50) aponta que sua sociologia é tributária também dos trabalhos de Frédéric Le Play e Émile Durkheim. Da mesma forma, os economistas Friedrich List, alemão, e Mihail Manoilescu, romeno, são lembrados por influenciá-lo sobremaneira (Bielschowsky, 1988; Curi, Cunha, 2011; Teixeira, Gentil, 2010). Adicionalmente, é necessário levar em consideração que o positivismo brasileiro também teve influência sobre o pensamento de Simonsen (Maza, 2002). O trabalho apresentado aqui reforça as matrizes norte-americanas de suas ideias, mas é importante anotar que as mesmas não foram as únicas influências do industrialista brasileiro.

2. Os norte-americanos no pensamento de Roberto Simonsen e uma breve revisão da literatura sobre sua obra econômica e social

Um dos estudos recentes mais interessantes sobre o pensamento de Simonsen é a tese de Fábio Maza (2002). Nela, o autor apresenta uma discussão bastante erudita das raízes do ideário simonseano fazendo alguns apontamentos decisivos como, por exemplo, acerca da influência de sociólogos norte-americanos sobre Simonsen. Nesse sentido, uma anotação muito importante de Maza (2002, p. 48) é a que arrola os autores norte-americanos citados por Simonsen em um dos seus principais discursos, *Rumo à Verdade*. Entretanto, Maza (2002) não faz nenhuma análise mais detalhada sobre os autores citados.

O primeiro nome que chamou nossa atenção entre os citados pelo industrial foi o de Edward A. Ross. Ele foi o proponente da expressão “controle social” e autor de um famoso livro sobre o assunto, publicado em 1901 (Rutherford, 2011, p. 31). Com seu doutoramento em economia política pela Universidade Johns Hopkins, Ross foi muito influente tanto entre sociólogos como entre economistas. Segundo o que já foi aventado na introdução, a filosofia do controle social se

tornaria uma das ideias dominantes entre os cientistas sociais e economistas do início do século XX. Na economia, os institucionalistas adotariam o controle social como um dos seus motes (Rutherford, 2011; Ross, 1991).

Depois, Simonsen ainda citou Lester Ward e Franklin Giddings. Este último foi a grande figura da sociologia da Universidade de Columbia no início do século XX, personagem importante na introdução da estatística nos estudos sociais, aspecto que marcaria a abordagem da sociologia e da economia daquela universidade (Camic, Xie, 1994). Giddings, seus seguidores e outros colegas - como o economista institucionalista Wesley Mitchell - advogavam que para intervir na sociedade, primeiro, era necessário desvendá-la, e a coleta de dados quantitativos e a estatística seriam as principais ferramentas para uma descrição científica da realidade social.² Por sua vez, Lester Ward também foi outro significativo desenvolvedor da sociologia norte-americana. Professor de sociologia na Universidade de Brown, ele foi o acadêmico para quem o livro mais importante de Edward A. Ross sobre controle social fora dedicado. Ward, sem dúvida, também fazia parte das mesmas tendências intervencionistas e esposava a filosofia do controle social (Hodgson, 2004, p. 249; Ross, 1991, p. 249-50).

De fato, o contato de Simonsen com a sociologia norte-americana influenciada pelo controle social foi bastante próximo. Em 1933, o industrial estava entre os mais destacados líderes empresariais que fundaram a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) - *Rumo à Verdade* é o discurso de inauguração da instituição.³ A formação dessa escola foi bastante marcada pela influência da ciência social norte-americana. Segundo Schwartzman (2013) e Segall (2009), a ELSP procurou professores especificamente norte-americanos, em contraposição à USP, que contratava, na mesma época, intelectuais europeus. Consta também que foi Simonsen quem solicitou a contratação específica de professores norte-americanos (Del Vecchio, 2009, p. 15).⁴

² Sobre as aproximações da sociologia de Franklin Giddings com a economia institucionalista, ver Cavalieri (2016).

³ Cunha (2009: 171) afirma que a ELSP "realmente representava as ideias de Roberto Simonsen". Segundo a documentação disponível nos arquivos da instituição, o industrialista foi o maior doador para a fundação da ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, s/d: 3).

⁴ Simonsen, além de doador, consta na relação de alunos dos primeiros cursos da ELSP (Kantor, Maciel, Simões, 2009).

Um dos professores que veio para a ELSP nos primeiros anos foi Horace Davis, sociólogo com doutorado pela Universidade de Columbia. Ele era responsável pela cadeira de Economia Social, na qual ensinava tópicos relacionados ao controle social (Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, s/d). Outro norte-americano que veio para a ELSP foi Samuel Lowrie, com o doutorado obtido na mesma instituição de Davis. Os dois foram muito importantes para formação do pensamento de Simonsen, pois trouxeram dos EUA, e especificamente de Columbia, a abordagem eminentemente empírica da sociologia, junto com a filosofia do controle social.⁵ Depois, no final da década de 1930, veio Donald Pierson, doutor pela Universidade de Chicago e com inclinações metodológicas semelhantes (Kantor, Maciel, Simões, 2009; Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, s/d).

A partir da década de 1930, em especial depois de 1935, a influência dos norte-americanos nos textos de Simonsen passou a ser cada vez mais notável. Por exemplo, em *Níveis de Vida e a Economia Nacional* e em *Recursos Econômicos e Movimentos das Populações*, Simonsen analisou os temas da pobreza, da capacidade da economia nacional e das migrações internas e externas utilizando como referências trabalhos de economistas da corrente institucionalista norte-americana (Simonsen [1940]a 1943; [1940]b 1943). Ele referenciou, nestes artigos, trabalhos como *America's Capacity to Consume* (Leven, Moulton, Warburton, 1934), estudo elaborado pela *Brookings Institution* comandada por Harold Moulton, um notável institucionalista formado na Universidade de Chicago.⁶ Ainda, Simonsen citou *Migration and Planes of Living* (Goodrich, Allin, Hayes, 1935) e *Migration and Economic Opportunity* (Goodrich *et al.*, 1936), estudos de demografia feitos na mesma instituição, prin-

⁵ Os trabalhos desses norte-americanos no Brasil sobre salários, preços dos víveres e condições de trabalho dos operários resultaram, por exemplo, em índices usados pelos tribunais do trabalho e serviram de base para a discussão sobre o salário mínimo na Assembleia Constituinte de 1934 (Del Vecchio, 2009, p. 16-7; Cunha, 2009, p. 171-2; Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, s/d: 3). A discussão sobre salário mínimo foi uma das mais importantes ocorridas no início do século XX entre os sociólogos e economistas filiados à corrente do controle social (Leonard, 2016).

⁶ Harold Moulton está bastante destacado por Rutherford (2011, *passim*) como um dos importantes membros da rede de economistas institucionalistas. Maurice Leven, o primeiro autor do documento, também era economista de corte institucionalista. Fez seu doutoramento na Universidade de Wisconsin, no tempo em que o pioneiro institucionalista John Commons era a grande estrela do Departamento de Economia. Seu orientador foi Harold Jerome, institucionalista de inclinação quantitativa que trabalhara com o famoso líder do movimento Wesley Mitchell no *National Bureau of Economic Research*. Maurice Leven trabalhou como estatístico na *Brookings Institution* (Rutherford, 2011, p. 32, 196, 202, 216).

principalmente por economistas de matiz institucionalista.⁷ No último desses estudos, de Carter Goodrich *et. al.* (1936), estava proposto o “controle da migração” como objeto do controle social, uma ideia que atrairia Simonsen.⁸

Em 1944, Simonsen escreveu o documento sobre planejamento que iniciou sua célebre controvérsia com Gudin. No primeiro texto do debate, o industrialista baseou-se bastante no relatório da Missão Cooke, que visitara o Brasil em 1942.⁹ O principal economista da referida missão fora Corwin Edwards, profissional bastante ligado ao institucionalismo e às ideias de planejamento.¹⁰ Nesse tocante, Simonsen esteve envolvido com os membros da Missão Cooke, pois ele era parte do conselho consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão responsável por receber e trabalhar junto aos norte-americanos (Oliveira, 2003, p. 80-2). Já no texto em que respondeu às críticas de Gudin, Simonsen ([1945] 2010) se apoiou em dois autores muito significativos da defesa do planejamento nos EUA da primeira metade do século XX, Carl Landauer e Lewis Lorwin – que serão objeto da seção sobre planejamento, abaixo. Além de-

⁷ Esses estudos também foram realizados sob os auspícios da *Brookings Institution*, uma instituição de pesquisa dominada por economistas institucionalistas até a década de 1940 (Rutherford, 2011). Carter Goodrich é reconhecido como um importante institucionalista no estudo de Malcolm Rutherford (2011). Bushrod Allin é aqui considerado parte do grupo institucionalista porque consta de uma lista que possuímos, a qual arrola os economistas que se engajaram na constituição da *Association for Evolutionary Economics* (AFEE), no final dos anos 1950 (Gambs, 1963). Ele também cursou doutorado na Universidade de Wisconsin, formando-se em 1927, tempo em que o institucionalismo de John Commons dava a tônica do curso (American Economic Association, 1948; Rutherford, 2006; 2011).

⁸ Um ponto importante a ser ressaltado é que essas obras, além de muitas outras de autoria de institucionalistas e cientistas sociais norte-americanos das décadas de 1930 e 1940, encontram-se na Coleção Roberto Simonsen, localizada na Biblioteca Otávio Ianni, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O acervo da Coleção Roberto Simonsen foi doado para essa biblioteca pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. De acordo com Villaça (1971), a biblioteca da referida federação foi formada a partir da união dos acervos do Departamento Jurídico e do Departamento de Economia Industrial com a doação, feita pela família, de parte da biblioteca particular de Simonsen. Consideramos essa uma evidência de que o industrialista tinha contato com tais obras, tanto através de sua própria biblioteca, como pela biblioteca da federação em que sempre esteve envolvido.

⁹ A denominada Missão Cooke foi uma missão do governo norte-americano no Brasil que teve como objetivo primordial mapear a situação socioeconômica do país. Seu intuito era verificar como o Brasil poderia auxiliar no esforço de guerra dos aliados.

¹⁰ Corwin Edwards doutorou-se em Cornell, no ano de 1928 (American Economic Association, 1948). Na época em que ele cursou doutorado em Cornell, pelo menos dois destacados institucionalistas lecionavam nessa instituição, Morris Copeland e Sumner Slichter (Rutherford, 2011, p. 100). O economista da Missão Cooke também trabalhou na *National Recovery Administration*, um dos *loci* dos institucionalistas do *New Deal* (Rutherford, 2011, p. 79). Edwards, ainda, foi o vencedor do *Veblen-Commons Award* da *Association for Evolutionary Economics* (AFEE), em 1978. O texto de concessão do prêmio ressalta a sua filiação ao institucionalismo (Smith, 1979).

les, o industrialista demonstrava conhecer em detalhes as experiências de planejamento e intervenção norte-americanas, tais como o *Agricultural Adjustment Act* (1933), o *National Industrial Recovery Act* (1933) e outros planos ligados ao *New Deal*, além dos movimentos migratórios promovidos pela *Farm Security Administration*, as obras de infraestrutura do *Tennessee Valley Authority* e demais intervenções ocorridas desde meados do século XIX (Simonsen, [1945] 2010, p. 155 e ss.). Importa, nesse contexto, assinalar que os economistas institucionalistas estiveram no centro da elaboração do maior plano de intervenção econômico social do século XX nos EUA, o *New Deal* (Rutherford, 2011, *passim*).

No plano dos trabalhos dedicados mais especificamente à história do pensamento econômico e que analisam as ideias de Simonsen, temos uma primeira literatura, mais antiga, que, ao dissertar sobre a Controvérsia do Planejamento, coloca Gudin como grande “*scholar*”, reservando para o industrialista o lugar de grande intelectual e homem prático, porém sem conhecimentos de teoria econômica. É assim no texto de Doellinger ([1977] 2010) e no clássico de Ricardo Bielschowsky (1988, p. 87). Esse último afirma que Simonsen teria pouca familiaridade com a teoria econômica, trabalhado em um “vazio teórico” e apenas refletindo a partir do pensamento econômico em um nível “primário” e “assistemático”. Baseados em Bielschowsky, Teixeira e Gentil (2010, p. 15-6) anotam no mesmo sentido, tratando Simonsen como erudito, mas não versado em teoria econômica. Mais ainda, esses autores assinalam que o industrialista fora influenciado por Mihail Manoilescu e Friedrich List, deixando completamente de lado qualquer citação sobre os norte-americanos citados na obra de Simonsen.¹¹

Em oposição a essa literatura, um trabalho recente procura contestar a tese de que Simonsen foi um personagem academicamente menos informado no debate com Gudin. Curi e Cunha (2011) afirmam que Simonsen não pode ser considerado a partir do ponto de vista da teoria econômica atual, pois sua inserção no debate se dera pela “via da história”, enfatizando a especificidade da evolução econômica do Brasil. Curi e Cunha (2011, p. 10 e ss.), por exemplo, notam o recurso de Simonsen à obra de Landauer, o que lhe conferiria uma base teórica para discutir a pertinência do planejamento com seu

¹¹ Mihail Manoilescu foi um teórico romeno do protecionismo. Friedrich List foi famoso autor protecionista precursor da Escola Histórica Alemã.

adversário liberal. Mais recentemente, Curi e Saes (2012) vão à obra do industrialista para resgatar o conhecimento que ele tinha sobre o trabalho de Wladimir Woytinski. No mesmo sentido, é relevante assinalar que Maza (2002, p. 201 e ss.) também contesta a ideia de que Simonsen estaria teoricamente mal informado sobre economia e ciência social, e de que houvera uma “vitória técnica” de Gudin. Todavia, nenhum desses autores revisionistas aprofunda-se em considerações sobre os pensadores norte-americanos que impactaram as ideias de Simonsen.

Dessarte, nossa pesquisa deseja apontar que a influência dos autores norte-americanos sobre Simonsen foi fundamental. Embora isso não faça dele definitivamente um pesquisador de fronteira na teoria econômica e social de seu tempo, deve em alguma medida questionar a ideia de que Simonsen estaria mal informado teoricamente para o debate. Ademais, essa qualificação deve ser reforçada pelo fato de que não havia nos EUA uma teoria econômica e social dominante no início do século XX. É errado pensar que abordagens de corte mais próximo do *mainstream* atual – portanto antagônicas ao institucionalismo original - dominavam o cenário acadêmico norte-americano.¹² E isso resta demonstrado pela literatura especializada, como consta na seção abaixo.¹³

¹² Consideram-se, aqui, as abordagens mais próximas do *mainstream* atual como a economia derivada do marginalismo e do neoclassicismo marshalliano. Adicionalmente, é preciso anotar que não havia àquele tempo, da mesma forma, um predomínio de perspectivas não intervencionistas na academia norte-americana. Sobre esses paradigmas, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, ver Rutherford (2011) e Leonard (2003).

¹³ Cabe assinalar que, ao analisar o debate, Delfim Netto nota as influências de economistas norte-americanos em Gudin e em Simonsen. Netto (2010) assinala uma suposta influência de “Simon (sic) Harris” nas ideias de Simonsen. Contudo, o ex-ministro não comenta em absoluto os outros autores dos EUA que arrolamos acima e que foram realmente citados por Simonsen (não encontramos na obra do industrialista nenhuma referência a Harris). Na verdade, Delfim Netto provavelmente estava se referindo a Seymour Edwin Harris (1897-1974), economista doutorado por Harvard e professor daquela instituição até 1964 (American Economic Association, 1970; Levy, 2013). Agradecemos ao prof. David Levy, da George Mason University, pelas informações sobre Seymour Edwin Harris (enviadas via lista de e-mails da *History of Economics Society*).

3. Sobre o cenário da ciência social e da academia norte-americana em economia: institucionalismo, controle social e planejamento

Eugênio Gudín foi preciso ao identificar o paralelismo entre sua altercação com Simonsen e a discussão que corria na academia norte-americana. Dentro disso, é importante analisarmos mais detidamente o ambiente da academia de economia e ciências sociais daquele país, naquela época, para termos uma ideia mais clara sobre o cenário das ideias que influenciaram o industrialista brasileiro.

3.1. Cenário da academia em economia: pluralismo, ecletismo e o lugar do institucionalismo

A partir da literatura sobre a história do pensamento econômico norte-americano, dois pontos surgem como essenciais para nosso estudo.

Em primeiro lugar, cabe marcar o caráter plural e eclético que a academia norte-americana teve desde o final do século XIX até a segunda metade da década de 1940. Vários historiadores do pensamento econômico sustentam essa interpretação. O historiador Bob Coats ([1979] 1993; 1998), por exemplo, já assinalava essa característica desde o final dos anos 1970. Em especial, ele contrastava o pluralismo e o ecletismo norte-americanos com o domínio da economia marshalliana na Grã-Bretanha.

Mais recentemente, a revista *History of Political Economy* lançou um volume de estudos que reforça essa tese e contrasta o período de pluralismo e ecletismo com o domínio da teoria neoclássica que se tornaria a tônica da academia norte-americana no pós-guerra.¹⁴ O volume, intitulado *From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism*, inclui ensaios sobre diversos aspectos e subáreas da economia que apresentavam esse caráter eclético e plural antes do final da década de 1940. Morgan e Rutherford (1998, p. 4), no artigo que abre o volume, afirmam que a academia norte-americana viveu um “pluralismo genuíno” nas primeiras três décadas do século XX. As linhas

¹⁴ É importante anotar que o mesmo volume demonstra que a teoria neoclássica do período entre as guerras também era bastante eclética. Assim, o contraste aqui é com o neoclassicismo do pós-guerra, o qual teria uma unidade muito mais forte em torno de alguns princípios básicos.

que separavam as escolas eram pouco claras, pois cada economista parecia perseguir sua própria combinação de ideologias, de recomendações de políticas, de metodologias e crenças. Na mesma toada, outro autor importante que pesquisa o pensamento econômico norte-americano nesse período, Thomas Leonard (2003; 2011), também corrobora a tese do pluralismo e do ecletismo em seus trabalhos.

O segundo ponto importante é que o institucionalismo, ligado ao intervencionismo e à filosofia do controle social, não era uma abordagem marginal, como na atualidade. Em conjunto com isso, deve-se apontar que o ecletismo e o pluralismo não faziam da academia norte-americana um terreno sem nenhuma divisão. Pode-se, claramente, identificar entre os economistas movimentos, como o institucionalista, e tendências, como a mais intervencionista e a liberal.¹⁵ As fronteiras eram mais nebulosas do que a divisão rígida que surgiria no pós-guerra, mas elas existiam.

Sendo assim, é relevante anotar o papel e o lugar dos economistas institucionalistas em tal cenário. Malcolm Rutherford (2011) demonstra com grande riqueza de evidências a importância dos institucionalistas como corrente de economistas influentes até o período do pós-guerra. Ele mostra, por exemplo, que vários participantes do movimento ocupavam cargos importantes no governo, como Rexford Tugwell, principal personagem do *Brain Trust* de Roosevelt. Rutherford (2011) também comprova que as principais universidades que concediam doutoramentos em economia ou eram dominadas por institucionalistas, como Columbia, ou tinham destacados

¹⁵ É de interesse definir um sentido mais específico para o uso das palavras liberal e intervencionista neste trabalho. Stabile e Kozak (2012) dividem o campo da economia norte-americana do início do século XX entre os partidários do mercado e os defensores de uma “economia moral”. Para os primeiros, o ponto principal é que o mercado seria uma maneira superior para decidir como alocar os recursos escassos entre diferentes usos. Por isso, eles eram contra grandes esquemas de planejamento. Isso é o essencial para nós. Já a filosofia do controle social propugnava a intervenção do Estado como necessária para a construção de uma sociedade mais eficiente e justa. Por valorizar o elemento de justiça social da filosofia do controle social, Stabile e Kozak (2012) colocam os planejadores como “economistas morais”. Na nossa avaliação, o principal ponto entre os intervencionistas era a ideia de que de posse de uma ciência social profissionalizada e bem desenvolvida, intervenções na economia poderiam levar a sociedade a um ponto mais eficiente e ao mesmo tempo mais justo. O planejamento seria fundamental porque é o principal instrumento de intervenção em sentido amplo. Para os autores brasileiros, Gudin e Simonsen, valem as mesmas definições. Por isso, não é à toa que Gudin nota o paralelismo do seu debate com Simonsen e a discussão que ocorria entre os norte-americanos. Simonsen pensava que somente a intervenção e o planejamento poderiam modernizar o Brasil, transformando-o em uma nação industrial. Para Gudin, se fosse para o país ter uma base industrial, ela deveria surgir naturalmente, sem intervenção, via mercado.

institucionalistas em seu corpo docente, como na Universidade de Chicago (Rutherford, 2011, *passim*). Wesley Mitchell e John Maurice Clark, que junto com Walton Hamilton formavam o trio de líderes institucionalistas para Rutherford (2011, p. 15), estavam entre os economistas mais influentes daqueles tempos – Coats (1992) assinala o mesmo para Mitchell e Clark.

Outro intérprete, como o economista institucionalista da atualidade Geoffrey Hodgson (2004), na mesma linha de Rutherford, marca o institucionalismo como, no mínimo, tão importante quanto qualquer outra escola de pensamento nos EUA de início do século XX. Desse modo, os economistas que Gudin chamou de “inovadores” – George Soule, Stuart Chase e Rexford Tugwell – não pertenciam a um movimento marginal, como pode parecer olhando para aquele período com os olhos da ciência econômica de hoje. Eles faziam parte de uma escola central do pensamento econômico norte-americano. E essa escola de pensamento, esse movimento, como chama Rutherford, estava umbilicalmente ligado à ideia de controle social. Eram, portanto, os principais defensores do intervencionismo econômico na economia que se tornara a mais importante do mundo.¹⁶

3.2. Controle social, planejamento e empiria nas ciências sociais

A ideia de controle social, de acordo com Dorothy Ross (1991, p. 230), teria surgido na sociologia antes de ser adotada pelos economistas. O pioneiro no uso e definição do termo foi Edward Ross, que publicou uma série de artigos tratando do assunto no *American Journal of Sociology*, a partir de 1896. Essa série de artigos transformou-se em livro, o já citado *Social Control, a survey of the foundations of order*. Edward Ross parecia procurar uma “terceira via” para a organização da sociedade a norte-americana. Nas palavras do próprio Ross (*apud* Ross, 1991, p. 232): “Nem a desigualdade presente, tampouco

¹⁶ Já Frank Taussig e Jacob Viner, citados por Gudin como “grandes economistas”, representariam, para o brasileiro, o lado liberal da academia econômica norte-americana. Mas, embora fossem os dois liberais, cabe assinalar que são de gerações bem distintas, algo não anotado por Gudin. Frank Taussig (1859-1940), de Harvard, foi um herdeiro do classicismo ricardiano e milliano, grande defensor do livre comércio. Leonard (2016) já classifica Taussig como conservador, ao invés de liberal, mostrando como ele apoiava veementemente políticas intervencionistas como o salário mínimo e até mesmo a eugenia. Jacob Viner (1892-1970), por sua vez, era um economista que pode ser considerado já muito próximo do *mainstream* atual, embora com posições bastante moderadas em relação ao liberalismo (Rotwein, 1983).

a igualdade artificial e cuidadosamente protegida do Estado comunista poderia mobilizar os justos sentimentos de todos.”¹⁷

O controle social atendia a uma tendência que da política extravasava para as ciências sociais e econômicas. O capitalismo havia gerado um progresso sem precedentes, mas, sem nenhum controle estava sufocando o norte-americano médio. Grandes corporações monopolizavam diversos setores da economia e, na esteira dessa modernização acelerada, solapavam os princípios sobre os quais esse “norte-americano médio” acreditava que os EUA foram formados. Emergia uma aristocracia que a partir de seu poderio econômico monopolizava também a política, deixando mais escancarada a separação puramente econômica entre o pequeno contingente de ricos e a classe média.

Se no início do século XIX Thomas Jefferson representava o liberalismo e a preservação da individualidade de um país formado por pequenos e médios proprietários rurais, no final desse mesmo século o liberalismo passou a ser a doutrina do domínio do mais fraco pelo mais forte. Na avaliação do historiador Richard Hofstadter (1955), o norte-americano médio não tinha outro recurso senão apelar para o governo no intuito de preservar seus valores de individualidade, que estariam sendo ameaçados pela força do capitalismo concentrado. O controle social nas ciências sociais e econômicas é a contraparte teórica da política do movimento Progressista que empolgou as classes médias urbanas norte-americanas - e que levou Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson ao poder.

Como já marcamos acima através de Rutherford (2011), o institucionalismo econômico estava profundamente ligado à ideia de controle social. Geoffrey Hodgson (2004, p. 248) afirma, inclusive, que a política econômica do institucionalismo é exatamente a ciência do controle social. Walton Hamilton (1919, p. 312), no texto considerado o primeiro delineador do que seria o movimento institucionalista, apresentava entre os princípios dessa corrente que as teorias institucionalistas deveriam ser “...relevantes para o problema do controle social.” Nesse panorama, o planejamento econômico vai ser uma das ferramentas, um dos instrumentos mais importantes para a filosofia do controle social (Rutherford, 2011, p. 51).

¹⁷ Carta de Edward Ross para Richard Ely, junho de 1891, *Richard T. Ely Papers. State Historical Society of Wisconsin*. Ver a esse respeito também Hodgson (2004, p. 249-50).

Entre os artigos presentes no volume citado acima da *History of Political Economy*, está um artigo de Marcia Balisciano (1998) sobre a ideia de planejamento naquele cenário peculiar da ciência econômica norte-americana. Na opinião de Balisciano (1998, p. 154), a experiência de planejamento durante a Primeira Guerra Mundial, a recessão de 1920-1 e a crescente “fé” na ciência foram fatores que levaram o planejamento ao primeiro plano das ciências sociais e da economia, especialmente na década de 1930. A ideia de que era preciso planejar, então, vai ser defendida por uma grande parte dos economistas.

No texto de Balisciano (1998, p. 153-4), entretanto, fica claro que o conceito de planejamento era bastante fluido, um reflexo, em sua visão, do contexto pluralista e eclético delineado acima. Assim, no período em análise, ela identifica quatro vertentes que chama de “ideologias de planejamento econômico”. Dessas quatro vertentes, duas são mais interessantes para os nossos propósitos, a do “planejamento da administração social” (*social management*) e a do “planejamento técnico-industrial”. Como representantes da primeira linha, estavam nomes como os de John Maurice Clark, Rexford Tugwell, Stuart Chase e George Soule. Eles recomendavam, por exemplo, que as indústrias criassem associações de planejamento que supervisionassem a produção e os preços, coordenadas por um Conselho Nacional de Planejamento, com representantes da sociedade e dos órgãos técnicos (*National Planning Board*). Já a corrente técnico-industrialista era liderada por economistas do *National Resources Committee*, como Mordecai Ezekiel e Gardiner Means. Para defender o planejamento, eles recorriam à metáfora de que o planejamento econômico era a extensão da administração científica para a organização da produção além das paredes das fábricas. Ao contrário da primeira corrente, achavam que o planejamento era exclusivamente uma tarefa técnica - não político-social e técnica (Balisciano, 1998, p. 158, 162). Cabe assinalar que todos esses economistas citados estavam, de algum modo, ligados ao movimento institucionalista.

Por fim, bastante importante para compreender a influência que Simonsen recebeu dos norte-americanos é considerar a sociologia e a economia do controle social na Universidade de Columbia do início do século XX – onde os primeiros professores da ELSP obtiveram seus doutorados.

Columbia foi um grande centro de pesquisas em ciências sociais em geral desde o início do XX. A Faculdade de Ciências Políticas, que foi durante bastante tempo somente uma escola de estudos pós-graduados, congregava cientistas políticos, sociólogos e economistas. Vários estudiosos importantíssimos para as ciências sociais e econômicas que gravitavam em torno da ideia de controle social trabalhavam juntos e de maneira multidisciplinar nessa faculdade. Uma das características mais fortes das ciências sociais e econômicas na Universidade de Columbia desses tempos foi sua inclinação inovadora para o uso de métodos quantitativos e estatísticos (Camic, Xie; 1994). Franklin Giddings, primeiro professor de sociologia da universidade, foi um dos acadêmicos responsáveis por imprimir essa inclinação à instituição (Furhman, 1980, p. 101; Camic, 1995, p. 1022). E isso ele fez junto com outro personagem fundamental, o economista Wesley Mitchell. John Maurice Clark juntar-se-ia um pouco mais tarde à equipe de economia.

Nos anos 1920 e seguintes, estariam lá Gardiner Means, no direito, Rexford Tugwell e Carter Goodrich, na economia, e William Ogburn, na sociologia, primeiro como estudante e depois como professor – em 1927 ele iria para a Universidade de Chicago. Ogburn foi um continuador da tradição iniciada por Franklin Giddings na aplicação de métodos quantitativos e estatísticos na sociologia (Rutherford, 2004; 2011; Ross, 1991).¹⁸ Como veremos abaixo, a ideia de levantamento de dados para informar a intervenção era algo importante para Simonsen.

4. Duas ideias de Roberto Simonsen especificamente bastante influenciadas pelos norte-americanos

Como exemplo da influência dos norte-americanos sobre Simonsen, vamos mostrar e discutir em maior detalhe duas ideias presentes na obra de Simonsen em que os norte-americanos tiveram significativa influência. A primeira diz respeito à importância da realização de estudos empíricos com o intuito de interferir na realidade social.

¹⁸ Os Departamentos de Sociologia e Economia da Universidade de Chicago também trabalharam ao redor de métodos empíricos e do controle social desde a fundação da universidade, nos anos 1890, até o período entre as guerras mundiais (Rutherford, 2010).

A filosofia do controle social propugnava que a intervenção, como deveria ser cientificamente orientada, precisaria ser embasada em estudos detalhados sobre os fenômenos sociais. Em segundo lugar, tratamos da legitimação do planejamento econômico como instrumento de transformação da economia brasileira. Simonsen procurou nos norte-americanos argumentos para se contrapor à ideia de que o planejamento econômico seria próprio de regimes autoritários. Por sinal, essa é, em nossa opinião, a ideia em que Simonsen se mostrou mais decisivamente influenciado pelos norte-americanos.

4.1. Conhecer para intervir

Fábio Maza (2002, p. 38-9) resume de forma esclarecedora a importância do “estudo do meio” para Simonsen e sua ligação com o planejamento: “Mas, para a realização deste projeto [de planejamento], era necessário que o conhecimento do “meio” não se produzisse de maneira aleatória, empírica e isolada. Teria que ser uma tarefa coletiva e deveria acontecer sob a égide da Ciência.” Em *As Finanças e a Indústria*, discurso proferido no Mackenzie College em 1931, Simonsen ([1931] 1933, p. 253) já explicitava o que acreditava ser uma necessidade premente para o projeto de industrialização do país: “Necessitamos ainda no país de um serviço estatístico capaz de fornecer índices seguros para a orientação das classes produtoras; constituem esses índices nos países civilizados a sua ‘meteorologia econômica’ (sic)”.

Nessa linha, um dos trabalhos em que a influência norte-americana fica mais patente é *Recursos Econômicos e Movimentos das Populações*, escrito por Simonsen na esteira de trabalhos realizados pelos professores estrangeiros da ELSP e baseado em estudos norte-americanos citados acima (Goodrich, Allin, Hayes, 1935; Goodrich *et al.*, 1936). O trabalho de Simonsen, na sua versão em língua portuguesa, é uma tradução de uma apresentação que ele fizera em Washington (Simonsen, [1940]a 1943, p. 120). A intenção geral era estudar o histórico dos movimentos populacionais para determinar políticas migratórias que pudessem auxiliar na mitigação de problemas sociais e produtivos.

Nesse tocante, os EUA constituíam um exemplo sempre tomado como paradigmático para Simonsen. De acordo com o próprio

Simonsen ([1940]a 1943, p. 122), os EUA, depois da crise de 1929, teriam realizado “aprofundados estudos” com o fito de delinear uma política migratória “...capaz de melhorar a situação geral e de diminuir o número de desocupados.”

Afirmava Simonsen ([1940]a 1943, p. 121) que as migrações, em geral, são fruto de algum desajuste entre os recursos econômicos de uma região e o excesso de população nesse lugar. Mas, como existem fatores que muitas vezes impedem essas migrações ou as atrasam, é preciso que o governo facilite as migrações internas em um sentido determinado. Para isso o governo deveria recorrer a técnicas científicas, devendo elaborar estudos e levantamentos de dados, ponto reiterado diversas vezes ao longo do texto (Simonsen, [1940]a 1943, p. 122-3, 154-7). No final do texto, Simonsen ([1940]a 1943, p. 154) ainda anotava que os estudos deveriam ser periódicos, ou seja, como a política migratória deveria ser uma atenção permanente do governo, os estudos e levantamentos precisariam ser periódicos.

Os estudos norte-americanos argumentavam no mesmo sentido. Um deles inicia com a seguinte afirmativa: “Esta análise das migrações em relação aos planos de vida (*planes of living*) representa a tentativa dos Estudos de Redistribuição da População para construir bases factuais sobre as quais uma política inteligente de migração deve ser estabelecida.” (Goodrich, Allin, Hayes, 1935, p. 1).¹⁹ No outro estudo, consta o seguinte: “...o propósito da pesquisa é descobrir as bases para políticas públicas.” (Goodrich *et al.*, 1936, p. 1). Mais adiante, Goodrich *et al.* (1936, p. 6-7) assinalavam que o problema de se estudar a população para determinar políticas públicas de migração se constitui um problema relevante de controle social. As políticas migratórias eram parte importante das correntes intervencionistas da ciência econômica e social norte-americanas.

Contudo, as influências dos estudos norte-americanos não foram somente nesse sentido, mais geral, da necessidade de se estabelecer

¹⁹ *Planes of Living*, aqui traduzido por “planos de vida” era uma expressão recorrente da ciência social e econômica norte-americana. L. L. Bernard (1928) procura definir o termo com base em importantes autores daquele tempo, como Thorstein Veblen e, principalmente, William Ogburn, dizendo que os gastos efetivos e atuais das pessoas, de modo geral, são chamados de “planos de vida”, enquanto os gastos necessários à sobrevivência são “padrões de vida” (*standards of living*). Os “planos de vida” parecem ter relação com as decisões das populações enquanto consumidores, pois são decisões não influenciadas somente pelas necessidades básicas, mas também pelo estado atual da propaganda, do nível industrial da sociedade, da competição social etc. (Bernard, 1928).

estudos técnico-científicos que sirvam de base para políticas públicas, mas também a respeito dos objetivos específicos das migrações recomendadas como necessárias. Encontra-se, nos dois trabalhos, a ideia da transferência de mão de obra de áreas rurais para áreas industriais.

Os norte-americanos consideravam desperdício deslocar indústrias para outras áreas, assim como o industrialista brasileiro dizia que os deslocamentos populacionais, no caso do Brasil, não podiam desperdiçar o escasso capital nacional (Simonsen, [1940]a 1943, p. 153-4; Goodrich *et al.*, 1936: 665). Também, tantos os norte-americanos como o brasileiro consideravam que as novas oportunidades de emprego seriam geradas principalmente na indústria, pois a agricultura apresentava dificuldades para absorver a mão de obra já localizada nas áreas rurais (Goodrich *et al.*, 1936: 666). Para Simonsen, São Paulo sofria com falta de mão de obra, enquanto populações ainda se concentravam em áreas de agricultura decadente, como no norte-nordeste e em Minas Gerais (Simonsen, [1940]a 1943, p. 141, 151, 153). É claro que essas conclusões pró-indústria dos estudos norte-americanos combinavam perfeitamente com o pensamento industrialista que ele defendia.

No mesmo ano de publicação de seu estudo sobre população, Simonsen apresentou outro estudo importante, intitulado *Níveis de Vida e Economia Nacional*. Esse texto foi escrito para apresentação nas “Semanas de Ação Social” de 1940, evento promovido pela Igreja Católica. Nesse discurso, Simonsen defendia sua tese da “insuficiência de ganho,”²⁰ afirmando que no Brasil a pobreza não derivava de má distribuição de renda, como ocorria nos países industrializados ou “super-capitalizados”. A pobreza brasileira seria consequência da produção insuficiente, da baixa produtividade, da incipiência de nossa indústria. Nesse texto está citado um estudo muito importante da década de 1930 realizado por economistas institucionalistas ligados à *Brookings Institution*. Trata-se do *American Capacity to Consume* (Leven, Moulton, Warburton, 1934).

Esse estudo é o segundo volume de uma série cujo primeiro volume é *American Capacity to Produce*, pesquisa que procurava estimar pela primeira vez a capacidade produtiva da economia dos EUA entre

²⁰ Essa é uma tese presente no trabalho de Simonsen pelo menos desde seu texto de 1928, *Orientação Industrial Brasileira* (Simonsen, [1928] 1973).

1900 e 1930 (Nourse *et al.*, 1934).²¹ Estes dois estudos têm bem claro o caráter intervencionista da filosofia de controle social. Mais especificamente, como demarca Rutherford (2011, p. 294 e ss.), esses estudos embasam o argumento subconsumista de alguns autores institucionalistas.

A linha subconsumista adotada nesses trabalhos, liderados por Harold Moulton, argumentava que a má distribuição da renda e o aumento da desigualdade seriam responsáveis pela incapacidade da população de absorver todo o produto potencial norte-americano. Como não poderia deixar de ser, há uma recomendação de política econômica a partir das constatações desses estudos. Moulton insistia que deveriam ser adotadas políticas para forçar as indústrias a repassar os ganhos de produtividade aos preços dos produtos. Desse modo, as camadas de mais baixa renda poderiam absorver uma parcela maior da produção nacional.

É exatamente na discussão da distribuição/redistribuição que o estudo norte-americano fornece reforço para uma ideia que Simonsen defendia pelo menos desde o final da década de 1920. O Prefácio de *American Capacity to Produce* inicia-se com uma frase que Simonsen transcreve sem praticamente nenhuma alteração, em português, em seu texto para as “Semanas da Ação Social”. Escreveram Nourse *et al.* (1934, p. 1): “A pobreza tem sempre sido o lugar da maioria da humanidade.”²² E eles também notavam que a pobreza persistia mesmo nos países mais adiantados, o mesmo que constatava Simonsen ([1940]b 1943, p. 160-1). Entretanto, Nourse *et al.* (1934, p. 2) notavam que o melhor sistema econômico para solucionar tal problema variava de nação para nação, especialmente considerando seus estágios de desenvolvimento e seus históricos. Os mesmos autores, mais adiante, ainda afirmam que existiam dois problemas separados, ou separáveis, na consideração do problema do subconsumo. O primeiro seria um problema técnico, diziam eles, constituído pela falta do

²¹ Os dois trabalhos constam no acervo da Coleção Roberto Simonsen da Biblioteca Otávio Ianni da Unicamp. Apesar do trabalho de Simonsen ([1940]b 1943) somente citar *America's Capacity to Consume*, consideramos que o volume *America's Capacity to Produce* também foi consultado por Simonsen para elaborar o texto apresentado nas Semanas de Ação Social de 1940. Isso, primeiro, porque uma edição do livro de 1934 encontra-se na referida biblioteca e, em segundo lugar, porque o Prefácio desta obra tem um trecho que no trabalho de Simonsen está transcrito praticamente sem nenhuma modificação. Aliás, era comum que Simonsen traduzisse trechos das obras norte-americanas para utilização em seus textos sem a preocupação de citá-los explicitamente.

²² Simonsen ([1940]b 1943, p. 160) afirmava: “A grande maioria da humanidade sempre viveu na pobreza.”

aproveitamento eficiente das capacidades produtivas da economia. O segundo problema era derivado da falta da capacidade da população ou de parte dela para absorver a produção nacional, falta de capacidade essa que resultava da má distribuição de renda. (Nourse *et al.*, 1934, p. 2-5).

Para Simonsen ([1940]b 1943, *passim*) essa separação dos problemas era fundamental para entender a diferença dos casos norte-americano e brasileiro, uma vez que ele estava sempre a defender a ideia de que não se deveriam adotar medidas de distribuição da renda no Brasil. Em suas palavras: “[nos países industrializados] existe a miséria imerecida, proveniente da má distribuição dos proventos do trabalho; aqui se apura, em larga escala, a pobreza decorrente da insuficiência da produção, do atraso e da instabilidade do meio.” (Simonsen, [1940]b 1943, p. 165-6). Sendo assim, a argumentação sobre a separação dos problemas do subconsumo no estudo norte-americano ofereceu uma base para a ideia do industrialista de que os problemas brasileiro e norte-americano eram de natureza diversa. Além disto, os institucionalistas reforçavam a conclusão de Simonsen nesse sentido quando ponderavam que diferentes países e sistemas econômicos precisam de soluções distintas. Para o Brasil, a solução estava no aumento da capacidade de produção, no desenvolvimento da indústria, um setor que o industrialista presumia ser a grande chave para o desenvolvimento (Simonsen, [1928] 1973). Além disso, o problema técnico de aproveitamento das capacidades produtivas deveria ser solucionado por uma via técnica, o planejamento.

4.2. Planejamento, sistemas econômicos e políticos

O lócus principal em que se revela a influência da discussão norte-americana sobre planejamento em Simonsen é a controvérsia com Gudín. Recuperando rapidamente um debate tão revisitado, cabe assinalar que em sua reposta a *Rumos de Política Econômica*, de Eugênio Gudín, Simonsen passou a citar explicitamente a literatura em que se baseava. Ele desejava combater a ideia de que seria “amador em economia”, mostrando que também era capaz de trazer para seu campo de argumentação autores contemporâneos da economia científica (Simonsen, [1945] 2010, p. 141, 164, 166).

O debate sobre a intervenção do governo na seara econômica nos EUA trouxe à baila a questão sobre a possibilidade da manutenção da iniciativa privada e de um sistema político democrático em conjunto com a realização de um amplo planejamento econômico. Duas obras bastante importantes sobre planejamento publicadas nos EUA foram citadas por Simonsen ([1945] 2010) em sua resposta à Gudin. Como assinalado anteriormente, são elas: *Theory of National Economic Planning*, de Carl Landauer (1947), e *Time for Planning*, de Lewis Lorwin (1945).²³

Carl Landauer (1891-1983), alemão de nascimento, estudou seu doutorado com Lujo Brentano na Universidade de Berlim entre 1909-15, e emigrou para os EUA em 1933. Foi trabalhar na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde se aposentou definitivamente em 1970 (Röder, Strauss, Foitzik, 1983).²⁴ O ambiente em que Landauer se inseriu em Berkeley era inclinado à ciência do controle social. A personagem central das primeiras décadas do Departamento de Economia de Berkeley foi Jessica Peixotto, formada na própria universidade e classificada como economista institucionalista (Cookingham, 1987, p. 51). Wesley Mitchell também passara pelo Departamento de Economia, deixando sua influência por lá mesmo depois de sua ida para Columbia, em 1913. Ainda, a economia em Berkeley das primeiras décadas do século passado guardava semelhança com o institucionalismo de John Commons (Cookingham, 1987, p. 49-51, 60 e ss., Rutherford, 2011, 134-40). O livro de Landauer, *Theory of National Economic Planning* é uma discussão que ele trava completamente inserido na academia norte-americana. Seu debate é com norte-americanos e praticamente só voltado ao planejamento nos EUA.

Lewis Lorwin (1883-1970) nasceu na Ucrânia, vindo para os EUA ainda criança. Fez seu doutorado na Universidade de Columbia, obtendo o título em 1912 (American Economic Association, 1948). Lorwin trabalhou na *Brookings Institution* nos tempos em que esta-

²³ A versão da obra de Landauer a qual tivemos acesso é de 1947, contudo, a versão que se encontra na Coleção Roberto Simonsen é de 1944. Constatamos que essa segunda edição da obra não apresenta grandes diferenças em relação à primeira. Fotografamos várias páginas sublinhadas por Simonsen no volume da biblioteca Otávio Ianni, e os trechos fotografados apresentam-se iguais nas duas edições.

²⁴ A biografia de Landauer nesse volume foi gentilmente digitalizada e enviada para nós pelo professor Harald Hagemann, da Universidade de Hohenheim, Alemanha, via lista de e-mails da *History of Economics Society*. Agradecemos o mesmo pela ajuda com a biografia de Landauer.

vam lá Walton Hamilton e os economistas que elaboraram os volumes *American Capacity to Produce* e *American Capacity to Consume* (American Economic Association, 1970). Lorwin foi fundador da *National Planning Association* e teve sua carreira bastante ligada ao planejamento governamental nos EUA (Washington Post, 1970; Lorwin, 1945, xiii e ss.).²⁵ Seu interesse pelo planejamento tinha relação íntima com a ciência do controle social. Aliás, em *Time for Planning*, Lewis Lorwin (1945, p. 6, 58-9) deixa explícita a relação entre o planejamento e o controle social. *Time for Planning*, livro de Lorwin citado por Simonsen, é uma coletânea de textos escritos pelo professor ucraniano.

Apesar de serem especificamente as obras de Lorwin e Landauer as que estão explicitamente citadas por Simonsen, há de se considerar que as mesmas estão inseridas no debate mais amplo sobre planejamento que ocorria na academia norte-americana. Landauer, por exemplo, discute em seu livro as ideias de planejamento de Mordecai Ezekiel, autor de *Jobs for All* (1939), um importante tratado sobre planejamento da época. Esses defensores do planejamento estavam, da mesma forma, imersos em um debate com intelectuais ferrenhamente contrários ao planejamento, como Friedrich Hayek. Algumas seções do livro de Landauer discutem extensamente com a obra de Hayek, *Road to Serfdom* (1944). Os argumentos de Hayek sobre a natureza antidemocrática e anticapitalista do planejamento são muito próximos dos adotados por Gudin. Dito isso, analisemos alguns dos pontos afirmados e utilizados na argumentação de Simonsen e o que apresenta a literatura norte-americana sobre eles.

Para responder as críticas de Gudin que procuravam ligar o planejamento à supressão da democracia e da iniciativa privada, um dos argumentos mais utilizados por Simonsen era o da neutralidade técnica do planejamento. Simonsen ([1945] 2010, p. 154) escreveu em sua resposta a Gudin: “O planejamento é um esforço constante para dirigir a energia humana, objetivando uma finalidade racionalmente predeterminada.” - esse trecho é uma tradução literal da definição de Lorwin (1945, p. 5).²⁶ E Simonsen continua, no mesmo parágrafo: “É uma técnica, um processo, uma metodologia, e não um sistema

²⁵ Um breve obituário de Lewis Lorwin foi gentilmente digitalizado e enviado para nós pelo professor Malcolm Rutherford, da Universidade de Victoria, Canadá, via lista de e-mails da *History of Economics Society*. Agradecemos o mesmo pela ajuda com a biografia de Lewis Lorwin.

²⁶ Simonsen não cita Lorwin como o autor desse trecho específico.

de governo.” Esse argumento está repetido diversas vezes no mesmo documento, inclusive sustentando a ideia de que era preciso separar, no caso da Rússia, o sucesso de seu planejamento – como técnica – e seu sistema de governo socialista. Ainda, o industrialista afirmava que as técnicas de planejamento russas teriam origem nas técnicas formuladas nos países capitalistas (Simonsen, [1945] 2010, p. 133, 161). Ademais, o planejamento não só deveria ser encarado como técnica, mas como uma técnica bastante moderna, uma grande inovação da ciência econômica e social (Simonsen, [1945] 2010, p. 131, 134, 161, 167-8).

Para Balisciano (1998: 156), uma das ideias centrais dos advogados do planejamento do início do século XX era justamente sua neutralidade como técnica e a afirmação de que países não democráticos, como a Rússia, teriam adotado técnicas que na verdade foram criadas nos EUA. Lorwin (1945: xiv, xix), por exemplo, delinea como tarefa para os partidários do planejamento mostrar que esse método resultava da própria história dos EUA, e estava ligado aos novos métodos e filosofias científicas surgidas no século XX para substituir aquelas do século precedente. O planejamento estaria ligado à moderna filosofia do controle social, em contraposição à atividade econômica completamente desregulada (Lorwin, 1945, p. 59). Para Lorwin (1945, p. 1-4), assim como o século XX poderia ser chamado de Era da Energia ou Era da Abundância, deveria também ser chamado de Era do Planejamento, pois essa inovação da ciência social, essa grande novidade técnica poderia e estava sendo aplicada em regimes políticos democráticos ou não.

Outro argumento usado por Simonsen é o que destaca o planejamento como ferramenta necessária para a manutenção da democracia como regime político, no sentido em que sustenta Landauer (1947, p. 250 e ss.). Ligando o planejamento à ideia de estabilizar o ciclo econômico e, por conseguinte, o emprego, ele alegava que uma maior segurança econômica para os trabalhadores os tornariam menos suscetíveis a ideologias político-econômicas não democráticas e anticapitalistas. Simonsen ([1945] 2010, p. 135, 161) adota exatamente o mesmo discurso, assinalando que as liberdades políticas não seriam plenas caso os cidadãos não desfrutassem de um grau razoável de segurança econômica. Ademais, Simonsen ([1945] 2010, p. 161) adiciona que o sentido do planejamento é prover o máximo de segurança econômica, garantindo o máximo respeito às

liberdades essenciais, no que ele praticamente transcreve uma das definições dos objetivos do planejamento de Landauer (1947, p. 226). Na sequência, refletindo sobre a necessidade do planejamento para prover a segurança econômica, o industrialista sopesou que o direito à propriedade privada, em uma sociedade com sufrágio universal, só poderia ser mantida caso mostrasse que sua manutenção é de interesse da sociedade como um todo (Simonsen, [1945] 2010, p. 161). Esse argumento está presente praticamente nos mesmos termos em Lorwin (1945, p. 155).

Como arrolado acima, Simonsen conhecia com profundidade o assunto dos planejamentos realizados em outros países, em especial nos EUA. Citava a experiência do *New Deal*, que incluía, por exemplo, planos importantes como os ligados ao *Agricultural Adjustment Act* e ao *National Industry Recovery Act*. Ainda, o industrialista se referia ao fato de que a intervenção governamental fora uma constante na história dos EUA, que aprovara desde o final do século XIX legislações trabalhistas e que havia naquele mesmo século realizado assentamentos planejados através do *Homestead Act* (1862). Outrossim, Simonsen se refere ao plano do *Tennessee Valley Authority* e às migrações promovidas pela *Farm Security Administration* (Simonsen, [1945] 2010, p. 155 e ss.). Isso vai ao encontro de um argumento repetido por Lorwin (1945, p. xiv, 92 e ss.), segundo o qual a intervenção e o planejamento parcial já faziam parte da tradição política norte-americana. Na verdade, com as novas técnicas das ciências sociais e econômicas, o planejamento que já havia dado resultados na história dos EUA passava a ser implementado de maneira técnica, científica. *Time for Planning* também aparentemente é uma fonte de informação importante para Simonsen sobre as experiências norte-americanas de intervenção e planejamento (Lorwin, 1945, p. 92 e ss.). O livro de Landauer (1947, *passim*) também faz uma extensa discussão de vários dos planos e das políticas citadas por Simonsen.

Uma última ideia utilizada por Simonsen faz transparecer um argumento que estava na base da economia institucionalista e da ciência social afim da filosofia do controle social. É a visão de que a intervenção na economia e a necessidade de planejamento seriam necessárias em vista do novo cenário socioeconômico. Uma nova ciência econômica, novas ferramentas para lidar com novos problemas se faziam necessárias. Simonsen ([1945] 2010, p. 154) assinalou, em crítica a Gudin: “Se a escola liberal fixou, pela análise de fatos sociais

e econômicos, uma série de leis que predominavam no grande surto progressista verificado nas nações líderes no século passado, admite o relator [Gudin] a cristalização definitiva dessas leis.” Assim, se a realidade era diferente, pois mudara em relação ao cenário do surgimento da economia liberal clássica, a ciência e a técnica precisavam ser diferentes. Ele continuou:

Para S. S^a [Gudin], o homo economicus da escola individualista é o que deve imperar nos processos econômicos e sociais de hoje. Não compreendeu que, pela contínua renovação da humanidade, pela transformação profunda por que passaram os povos, com os crescimentos demográficos, com os processos da ciência e da técnica e sob a influência dos ambientes geográficos, quem agora quiser compreender a possibilidade da existência de um desenvolvimento pacífico mundial, tem que (sic) substituir o egoísta homus economicus pelo “homem social” que antepõe aos seus próprios os interesses da coletividade (Simonsen, [1945] 2010, p. 154).

Essa discussão é exatamente a que Lorwin apresenta no último capítulo de *Time for Planning*, inclusive introduzindo o seu conceito de “homem social”, e assinalando que a economia do século XIX deveria ser superada de uma vez por todas (Lorwin, 1945, p. 245 e ss., 258). O capítulo intitulado *The Outlook of the Twentieth Century* é um dos poucos publicados pela primeira vez nessa coletânea, pois a maioria dos outros capítulos são textos anteriormente publicados por Lorwin. Sendo assim, esse capítulo fecha a discussão sobre planejamento fazendo uma rica ligação da parte técnica, das inovações propostas com a filosofia que deveria embasar a criação de uma nova realidade social. Lorwin (1945, p. 266) encerrou *Time for Planning* com um trecho que poderia muito bem ser outra transcrição feita por Simonsen: “É tempo de lermos corretamente as diretivas do século XX. Há cerca de vinte anos, novas ideias conquistaram o campo científico. (...) Estes novos conceitos da ciência e do pensamento social fundiram-se na ideia de planejamento democrático como meio de construir os fundamentos sócio-econômicos da paz e do bem-estar no século XX.”

5. Conclusão

Uma questão levantada pelos estudos de difusão do pensamento econômico é a da adaptação das ideias estrangeiras às condições nacionais e aos argumentos pretendidos pelos receptores das mesmas (Cardoso, 2009). Certamente Simonsen não recebeu apenas passivamente as influências norte-americanas. Ele as adapta para defender seus pontos de vista. A tese institucionalista, discutida acima, sobre a separação entre os problemas da pobreza advinda da má distribuição de renda e da insuficiência da mesma é uma instância desse tipo de adaptação em Simonsen. Outra é a ideia de que o planejamento poderia servir para promover a superação da pobreza, não somente à estabilidade econômica, objetivo primordial dos autores norte-americanos. Todavia, neste trabalho, pretendeu-se mostrar como o industrialista paulista foi buscar a fronteira do conhecimento, ultrapassando barreiras e mesmo investindo em iniciativas como a da ELSP. O tema da adaptação das ideias, sem dúvida, é um objeto de pesquisa importante que deve ser explorado em detalhe em outro trabalho.

Considerando nosso objetivo mais restrito, o trabalho aqui apresentado mostrou como Roberto Simonsen foi bastante influenciado pelas ciências sociais e econômicas norte-americanas. Através da ELSP, o industrialista aproximou-se da sociologia norte-americana influenciada pela filosofia do controle social. Notamos acima como na economia os economistas institucionalistas esposaram as teses da filosofia do controle social, traduzindo para esse campo da ciência social particular as teses que defendiam uma maior intervenção estatal. Mais ainda, o planejamento, tema central das ideias de Simonsen, era um dos instrumentos importantes das novas ciências da intervenção. O planejamento chega a ser uma das ideias mais em voga entre os economistas do Entreguerras, como mostrou Balisciano (1998).

Esse trabalho procura preencher a lacuna deixada pela pouca atenção da literatura às importantes influências norte-americanas sobre o pensamento de Simonsen. Sendo assim, procurou-se apresentar novas evidências das influências norte-americanas sobre o célebre industrialista brasileiro, bem como colocá-las sob a perspectiva da recente historiografia do pensamento econômico norte-americano. Essa literatura tem revisto o lugar dos institucionalistas no cenário da economia norte-americana e, portanto, deve ser levada em conta

para se anotar que Simonsen estava sob influência de ideias que àquela época eram bastante atuais.

Segundo Cardoso (2009), a difusão internacional de ideias econômicas é evitada de restrições, tais como a circulação de livros, o acesso a revistas de topo, barreiras linguísticas e a evolução dos meios de comunicação. Levando isso em consideração, o que reparamos em Simonsen é um esforço legítimo de vencer essas barreiras de maneira que seus argumentos pró-indústria estivessem informados pela ciência econômica e social de ponta. Deste modo, pensamos que a tese de que Simonsen não estava tão bem armado teoricamente para o debate com Gudin pode ser questionada, principalmente levando-se em conta o fato de que as teses defendidas pelo industrialista encontravam contraparte na ciência social e econômica em voga nos EUA de seu tempo.

Referências

- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. Alphabetical List of Members. *The American Economic Review*, vol. 39, n. 1, *The 1948 Directory of The American Economic Association*, 1948.
- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. Biographical Listing of Members. *The American Economic Review*, vol. 59, n. 6, *Handbook of The American Economic Association*, 1970.
- BALISCIANO, M. Hope for America: American notions of economic planning between pluralism and neoclassicism, 1930-1950. *History of Political Economy*, vol. 30, supplement, 1998.
- BERNARD, L. L. Standards of Living and Planes of Living. *Social Forces*, vol. 7, n. 2, 1928.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes. Série PNPE, nº19, 1988.
- CAMIC, C. Three Departments in Search of a Discipline: Localism and Interdisciplinarity Interaction in American Sociology, 1890-1940. *Social Forces*, vol. 62, n. 4, 1995.
- CAMIC, C. XIE, Y. The Statistical Turn in American Social Science: Columbia University, 1890 to 1915. *American Sociological Review*, vol. 59, n. 5, 1994.
- CARDOSO, J. L. Reflexões Periféricas sobre a Difusão Internacional do Pensamento Econômico. *Nova Economia*, vol. 19, n. 2, 2009.
- CAVALIERI, M. Inside Institutions of Progressive-Era Social Sciences: The Interdisciplinarity of Economics and Sociology. *Journal of Economic Issues*, vol. 50, n. 2, 2016.
- COATS, A. W. The Culture and the Economists. Some reflections on Anglo-American differences. [1979] In: COATS, A. W. *The Sociology and Professionalization of Economics. British and American Essays*. Volume II. Routledge: London, 1993.
- COATS, A. W. Economics in the United States, 1920-70. In: COATS, A. W. *On the History of Economic Thought: British and American Economic Essays*, vol. 1, London: Routledge, 1992.

- COATS, A. W. What's American About American Economics. In: RUTHERFORD, M. (ed.) *The Economic Mind in America: essays in the history of American economics. Perspectives on the History of Economic Thought*. Routledge: London, New York, 1998.
- COOKINGHAM, M. E. Social Economists and Reform: Berkeley, 1906-1961. *History of Political Economy*, vol. 19, n. 1, 1987.
- CUNHA, M. W. V. da. A Escola Livre, o Departamento de Cultura e a Faculdade de Filosofia. In: KANTOR, I. MACIEL, D. A. SIMÕES, J. A. *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação. 1933-1953. Depoimentos*. 2ª Edição. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.
- CURI, L. F. B. CUNHA, A. M. Redimensionando a Contribuição de Roberto Simonsen à Controvérsia do Planejamento (1944-45): pioneirismo e sintonia. *Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia, ANPEC*, 2011.
- CURI, L. F. B. SAES, A. M. Roberto Simonsen, Wladimir Woytinsky e o Período Entreguerras: elementos de questionamento à ortodoxia. *Anais do XL Encontro Nacional de Economia, ANPEC*, 2012.
- DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: as influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I. MACIEL, D. A. SIMÕES, J. A. *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação. 1933-1953. Depoimentos*. 2ª Edição. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.
- DOELLINGER, C. V. *Introdução*. [1977] In: Simonsen, R. C. Gudin, E. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. 3ª Edição. Brasília: IPEA, 2010.
- ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. *Informações sobre a Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. Arquivos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, s/d.
- FURHMAN, E. R. *The Sociology of Knowledge in America, 1883-1915*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1980.
- GAMBS, J. Reports of Interviews with Dissent Economists. *Gamb's Papers, Hamilton College Archives*. 1963.
- GOODRICH, C. ALLIN, B. HAYES, M. *Migration and Planes of Living: 1920-1934*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1935.
- GOODRICH, C. et al. *Migration and Economic Opportunity: the report of the study of population redistribution*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1936.
- GUDIN, E. Rumos de Política Econômica. [1945] In: SIMONSEN, R. C. GUDIN, E. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. 3ª Edição. Brasília: IPEA, 2010.
- HAMILTON, W. The Institutional Approach to Economic Theory. *American Economic Review*, vol. 9, n. 1, supplement, 1919.
- HODGSON, G. *The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism*. London: Routledge, 2004.
- HOFSTADTER, R. *The Age of Reform*. New York: Knopf, 1955.
- KANTOR, I. MACIEL, D. A. SIMÕES, J. A. Anexos Documentais. In: KANTOR, I. MACIEL, D. A. SIMÕES, J. A. *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação. 1933-1953. Depoimentos*. 2ª Edição. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.
- LANDAUER, C. *Theory of National Economic Planning*. 2nd Edition. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1947.
- LEONARD, T. C. "A Certain Rude Honesty": John Bates Clark as a Pioneering Neoclassical Economist. *History of Political Economy*, 35:3, 2003.
- LEONARD, T. C. Religion and Evolution in Progressive Era Political Economy: Adversaries or Allies. *History of Political Economy*, 43:3, 2011.
- LEONARD, T. C. *Illiberal Reformers: Race, Eugenics, and American Economics in the Progressive-Era*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

- LEVEN, M. MOULTON, H. WARBURTON, C. *America's Capacity to Consume*. Washington, D. C.: The Brookings Institution, 1934.
- LEVY, D. Seymour Harris. *Comunicação pessoal*. Mensagem para: XXXXXX. *Comunicação Pessoal: e-mail*. 31/07/2013.
- LORWIN, L. L. *Time for Planning*. New York, London: Harper & Brothers Publishers, 1945.
- MAZA, F. *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, 2002.
- MORGAN, M. RUTHERFORD, M. American Economics: the character of transformation. *History of Political Economy*, 30:supplement, 1998.
- NETTO, A. D. Exposição de Antonio Delfim Netto. In: INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN. *As Raízes do Pensamento Industrial Brasileiro: 60 anos do Instituto Roberto Simonsen*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2010.
- NOURSE, E. G. et. al. *America's Capacity to Produce*. Menasha: George Banta Publishing Company, 1934.
- OLIVEIRA, I. R. de. *Missão Cooke: o Estado Novo e a implantação da CSN*. Rio de Janeiro: E-Books, 2003.
- RÖDER, W. STRAUSS, H. A. FOITZIK, J. *Biographisches Handbuch der deutschsprachigen Emigration nach 1933*. Munich: Institut für Zeitgeschichte and Research Foundation for Jewish Immigration, 1983.
- ROSS, D. *The Origins of American Social Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ROTWEIN, Jacob Viner and the Chicago Tradition. *History of Political Economy*, vol. 15, n. 2, 1983.
- RUTHERFORD, M. Institutional Economics at Columbia University. *History of Political Economy*, vol. 36, n. 1, 2004.
- RUTHERFORD, M. Wisconsin Institutionalism: John Commons and His Students. *Labor History*, vol. 47, n. 2, 2006.
- RUTHERFORD, M. Chicago Economics and Institutionalism. In: Emmett, R. (ed.) *The Elgar Companion to the Chicago School of Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- RUTHERFORD, M. *The Institutional Movement in American Economics, 1918-1947*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- SCHWARTZMAN, S. *A Força do Novo*. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/novo.htm>>. Acesso em: 26/04/2013;
- SEGALL, M. Universitários na Década de 40. In: KANTOR, I. MACIEL, D. A. SIMÕES, J. A. *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação. 1933-1953. Depoimentos*. 2ª Edição. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.
- SMITH, R. E. The Veblen-Commons Award. Corwin D. Edwards. *Journal of Economic Issues*, vol. 13, n. 2, 1979.
- SIMONSEN, R. C. Orientação Industrial Brasileira. [1928]. In: SIMONSEN, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. Seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- SIMONSEN, R. C. As Finanças e a Indústria. [1931]. In: SIMONSEN, R. C. *À Margem da Profissão: discursos, conferências, publicações*. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 1933.
- SIMONSEN, R. C. Recursos Econômicos e Movimentos das Populações. [1940]a. In: SIMONSEN, R. C. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.
- SIMONSEN, R. C. Níveis de Vida e a Economia Nacional. [1940]b. In: SIMONSEN, R. C. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.
- SIMONSEN, R. C. O Planejamento da Economia Brasileira. [1945] In: SIMONSEN, R. C. GUDIN, E. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. 3ª Edição. Brasília: IPEA, 2010.

- STABILE, D. R. KOZAK, A. F. *Markets, Planning and the Moral Economy. Business Cycles in the Progressive Era and New Deal*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2012.
- TEIXEIRA, A. GENTIL, D. L. O Debate em Perspectiva. In: TEIXEIRA, A. MARINGONI, G. GENTIL, D. L. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-45*. Brasília: IPEA, 2010
- VILLAÇA, M. F. A Serviço da Indústria: Biblioteca Roberto Simonsen. *Trabalho Apresentado no 6º Congresso de Biblioteconomia e Documentação*, Belo Horizonte, 1971.
- WASHINGTON POST. Lewis L. Lorwin, 86, Prominent Economist. *Washington Post, ProQuest Historical Newspaper*, jun, 8, 1970.